

ATA N.º 26/2015

----- ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE VINTE E UM DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE. -----

----- Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano dois mil e quinze, nesta cidade de Espinho e no salão nobre da Câmara Municipal, reuniu-se em reunião ordinária a mesma Câmara sob a Presidência do Senhor Presidente da Câmara, Joaquim José Pinto Moreira, com a presença dos Senhores Vereadores António Vicente de Amorim Alves Pinto, Quirino Manuel Mesquita de Jesus, José Barbosa Mota, Carlos Augusto Ferreira de Melo Sárria e Luís Miguel Pereira Bernardes dos Santos Neto, tendo faltado, por motivo justificado, a Sra. Vereadora Leonor Cristina Costa Matos Lêdo da Fonseca. Sendo 17.00 horas, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, secretariada pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o ponto 6 da Ordem de Trabalhos referente ao Protocolo de colaboração com o Rancho S. Tiago de Silvalde. -----

----- **Deliberação N.º 336/2015: Aprovação da ata n.º 25/2015, de 7 de dezembro:** Em virtude da ata n.º 25/2015 da reunião ordinária da Câmara Municipal de 7 de dezembro, ter sido entregue em fotocópia a todos os seus elementos, prescindiu-se da leitura da mesma, tendo a Câmara, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo acima citado, deliberado a sua aprovação por unanimidade. Participaram na votação apenas os membros do órgão executivo que estiveram presentes na reunião a que se reporta a ata em apreciação. -----

----- **Deliberação N.º 337/2015: Aprovação da conta final - Espaço complementar e integrante aos apoios de pesca artesanal:** Presente a informação n.º 10411/2015 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD, 3 votos contra dos Vereadores do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara, aprovar a conta final referente à empreitada "Espaço Complementar e Integrante aos

Apoios de Pesca Artesanal”, adjudicada à empresa Carlos José Fernandes & Companhia, Lda. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra por considerarem que não devem aprovar a conta final de um processo que desconhecem, porque nunca foi assunto de reunião da Câmara Municipal.” -----

----- **Deliberação Nº 338/2015: Apresentação de custos para efeitos de reequilíbrio financeiro para a empreitada “Elaboração dos Projetos de Execução de Especialidades e da Empreitada de Construção do Centro Escolar de Silvalde”:** Presente a informação n.º 10741/2015 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD, 3 votos contra dos Vereadores do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara, aprovar o reequilíbrio financeiro para a empreitada “Elaboração dos Projetos de Execução de Especialidades e da Empreitada de Construção do Centro Escolar de Silvalde” no valor de 65.749,83 €, nos termos do regime previsto no artigo 354º do CCP. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra e reafirmam que, a 23 de Março de 2015, a Câmara Municipal “tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, conceder a prorrogação de prazo em 77 dias, a título gracioso (...) e aprovar a proposta de alteração do traçado do arruamento” de acesso ao Centro Escolar de Silvalde, com base em informações dos serviços e parecer da fiscalização.” Os eleitos do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: “O Presidente e vereadores do PSD votaram favoravelmente a proposta da Divisão de Obras Municipais pela fundamentação aludida na informação técnica. A necessidade de alterar o estudo do acesso ao centro escolar, com implicações nas redes de infraestruturas básicas, devido à compatibilização com os terrenos confinantes de propriedade de terceiros, contribuiu para os atrasos verificados pela necessidade de obtenção de autorização na intervenção efetuada. Essa necessidade decorreu das obras de urbanização serem levadas a cabo pelo proprietário e promotor da operação urbanística, e a expensas e responsabilidade deste, na parcela de terreno de domínio privado municipal, nos termos do Contrato para Execução de Obras de Urbanização na Operação de Loteamento nº LU-LOT – 1/2012 assinado em 16 de Abril de 2015 e cuja minuta foi aprovada em reunião de câmara de 26 de Outubro de 2012.” -----

----- **Deliberação N.º 339/2015: Pedido de parecer prévio aquisição de “Serviços de Controlo da Qualidade da Água”:** Presente a informação n.º 10876/2015 da Divisão de Serviços Básicos e Ambiente, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo para a aquisição de “Serviços de Controlo da Qualidade da Água”, por ajuste direto à empresa LPQ – Laboratório Pró-Qualidade S.A., com o NIF 502563664, pelo valor base de 8.325,00€ (oito mil trezentos e vinte e cinco euros) acrescidos de Iva à taxa legal e nos termos do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro.-----

----- **Deliberação N.º 340/2015: Celebração de “Protocolo de apoio à atividade desportiva do Clube Voleibol de Espinho para a época de 2015/2016”:** Presente a informação n.º 10873/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara, tendo presente o acima considerado e a proposta de minuta de protocolo em causa, com a qual concordou, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente minuta e celebrar com o “Clube Voleibol de Espinho”, ao abrigo da competência prevista na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico; alterado pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março e pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho), no âmbito das atribuições previstas na alínea f) do n.º 2 do artigo 23.º da Lei n.º 75/2013 - o referido “Protocolo de apoio à atividade desportiva do Clube Voleibol de Espinho para a época de 2015/2016”, de acordo com os considerandos e termos nele fixados. -----

----- **Deliberação N.º 341/2015: Protocolo entre a Freguesia de Paramos e o Município de Espinho para efeitos da Construção e Implantação, pela Câmara Municipal de Espinho, da “Via Permeável de Acesso à Praia de Paramos”:** Presente a informação n.º 10933/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por

reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD, 3 votos contra dos Vereadores do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara, aprovar o Protocolo entre a Freguesia de Paramos e o Município de Espinho para efeitos da Construção e Implantação, pela Câmara Municipal de Espinho, da "Via Permeável de Acesso à Praia de Paramos", nos termos da alínea ee) do artigo n.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra porque consideram que esta via não está ainda aprovada e recordam que, a 10 de Fevereiro de 2015 pediram, sem sucesso, que lhes fossem disponibilizados vários documentos, a saber: o processo administrativo do Concurso Público da empreitada; o Contrato celebrado a 21-01-2015 entre a CME e Manuel Francisco de Almeida, S. A.; o Auto de Consignação; os documentos comprovativos das aprovações por entidades externas ao município, que o senhor Presidente Pinto Moreira, disse existirem, nomeadamente, o Ministério da Defesa Nacional, Exército, Agência Portuguesa do Ambiente (P.O.O.C.), Comissão da Reserva Ecológica Nacional (R.E.N.), Instituto Nacional de Aeronáutica Civil, Rede Natura 2000, e o Plano de Pormenor da Orla Litoral Sul de Espinho e Plano de Pormenor do Aglomerado da Praia de Paramos, cujos contratos foram celebrados a 02-05-2012. Continuamos a aguardar estes documentos." Os eleitos do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: " Os Vereadores do PSD expressamente remetem as suas considerações para o despacho conjunto dos Secretários de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza, com o n.º 14711/2015, publicada no DR, 2.ª Série no N.º 242 de 11/12/2015, que reconhece o relevante interesse público do projeto de construção da via em causa." -----

----- **Deliberação N.º 342/2015: Pedido de indemnização – Acidente na via pública – Manuel Henriques Castro:** Presente a informação n.º 10579/2015 da Divisão de Obras Municipais, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o pagamento no valor de 195,56 € (cento e noventa e cinco euros e cinquenta e seis cêntimos), referente aos prejuízos decorrentes dos danos causados na viatura Nissan de matrícula 87-MM-48

propriedade de Manuel Henriques Castro, quando circulava Rua Caminho de Ferro em Paramos. -----

----- **Deliberação Nº 343/2015: Pedido de apoio para torneio Internacional Solverde em hóquei patins - Associação Académica de Espinho:** Presente a informação n.º 10927/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio de 1000,00 € (mil euros) à Associação Académica de Espinho para a apoio à realização do Torneio Internacional Solverde 2015. -----

----- **Deliberação Nº 344/2015: Subsídio a atribuir ao Sporting Clube de Espinho para apoio à realização do Tigre CUP 2016:** Presente a informação n.º 10910/2015 da Divisão de Desporto, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio de 500,00 € (quinhentos euros) ao Sporting Clube de Espinho para a apoio à realização do torneio Tigre CUP 2016. -----

----- **Deliberação Nº 345/2015: Desistência do pedido para atribuição de um lugar de garagem no Bloco 5 do Conjunto Habitacional da Ponte de Anta:** Presente a informação n.º 10637/2015 dos Serviços de Ação Social, Intergeracional e Saúde, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, revogar a sua deliberação de 9/11/2015, em face da desistência da Sr.ª D. Mónica Sofia Zenha de Sousa do pedido de atribuição de um lugar de garagem no Bloco 5, sito no Conjunto Habitacional da Ponte de Anta, pelos motivos pessoais inesperados que invocou como justificação. Mais deliberou, também por unanimidade, que o teor desta deliberação seja averbado ao «Aditamento» que titulava o direito em questão. -

----- **Deliberação Nº 346/2015: Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito de Manutenção de Infraestruturas – União das Freguesia de Anta e Guetim - Alteração de Arruamentos:** Presente a informação n.º 10382/2015 do Gabinete de Apoio à Presidência e Vereação, sobre o

assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração proposta pela Junta de União de Freguesias de Anta e Guetim à cláusula 5ª do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito de Manutenção de Infraestruturas – Repavimentação da Rua de Monte Belo – nos termos da cláusula 15ª do referido contrato. -----

----- **Deliberação Nº 347/2015: Portgás – Conversão de Ações Tituladas em Escriturais:** Presente a informação n.º 10942/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a entrega à Portgás dos títulos representativos das ações de que é titular o Município de Espinho, até ao dia 31 de Dezembro de 2015. -----

----- **Deliberação Nº 348/2015: Prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e André Guimarães:** Presente a informação n.º 10939/2015 da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, aprovar a prorrogação do acordo de cedência de interesse público, celebrado em 21 de maio de 2014, com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e André Filipe da Costa Guimarães, com vista ao preenchimento de posto de trabalho previsto, necessário e não ocupado na Divisão de Gestão de Recursos Humanos, do mapa de pessoal do Município, condicionada à aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, conforme o ocorrido nas sucessivas leis que aprovam os orçamentos do Estado anteriores ou outra norma análoga que permita prorrogação da cedência. -----

----- **Deliberação Nº 349/2015: Prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Liliana Correia:** Presente a informação n.º 10934/2015 da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sobre o

assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, aprovar a prorrogação do acordo de cedência de interesse público, celebrado em 21 de maio de 2014, com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Liliana Antunes Correia, com vista ao preenchimento de posto de trabalho previsto, necessário e não ocupado nos Serviços de Planeamento Estratégico, do mapa de pessoal do Município, condicionada à aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, conforme o ocorrido nas sucessivas leis que aprovam os orçamentos do Estado anteriores ou outra norma análoga que permita prorrogação da cedência. -----

----- Deliberação Nº 350/2015: Prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Marlene dos Santos Soares:

Presente a informação n.º 10936/2015 da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, aprovar a prorrogação do acordo de cedência de interesse público, celebrado em 21 de maio de 2014, com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Marlene dos Santos Soares, com vista ao preenchimento de posto de trabalho previsto, necessário e não ocupado nos Serviços de Planeamento Estratégico, do mapa de pessoal do Município, condicionada à aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, conforme o ocorrido nas sucessivas leis que aprovam os orçamentos do Estado anteriores ou outra norma análoga que permita prorrogação da cedência.

----- Deliberação Nº 351/2015: Prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Diana Thais: Presente a informação n.º 10938/2015 da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD e

abstenção dos Vereadores do PS, aprovar a prorrogação do acordo de cedência de interesse público, celebrado em 21 de maio de 2014, com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Diana Thais de Oliveira Espírito Santo, com vista ao preenchimento de posto de trabalho previsto, necessário e não ocupado na Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, do mapa de pessoal do Município, condicionada à aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, conforme o ocorrido nas sucessivas leis que aprovam os orçamentos do Estado anteriores ou outra norma análoga que permita prorrogação da cedência. -----

----- Deliberação N.º 352/2015: Prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Tiago Pereira: Presente a informação n.º 10937/2015 da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, aprovar a prorrogação do acordo de cedência de interesse público, celebrado em 21 de maio de 2014, com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Tiago Manuel do Couto Pereira, com vista ao preenchimento de posto de trabalho previsto, necessário e não ocupado na Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, do mapa de pessoal do Município, condicionada à aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, conforme o ocorrido nas sucessivas leis que aprovam os orçamentos do Estado anteriores ou outra norma análoga que permita prorrogação da cedência. -

----- Deliberação N.º 353/2015: Prorrogação do acordo de cedência de interesse público celebrado com o Município de Espinho, a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Filipe Pinhal dos Santos: Presente a informação n.º 10925/2015 da Divisão de Gestão de Recursos Humanos, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD e abstenção dos Vereadores do PS, aprovar a prorrogação do acordo de cedência de interesse público, celebrado em 24 de julho de 2014, com o Município de Espinho, a

Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho e Filipe Pinhal dos Santos, com vista ao preenchimento de posto de trabalho previsto, necessário e não ocupado na Divisão de Obras Municipais, do mapa de pessoal do Município, condicionada à aprovação da Lei do Orçamento do Estado para o ano de 2016, conforme o ocorrido nas sucessivas leis que aprovam os orçamentos do Estado anteriores ou outra norma análoga que permita prorrogação da cedência. -----

----- Deliberação Nº 354/2015: Procedimento de revisão do PDM de Espinho

– Proposta Final e Abertura do período de discussão pública: Presente a informação n.º 10958/2015 dos Serviços de Planeamento Estratégico, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como os documentos na mesma referidos (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento da proposta final do procedimento da revisão do PDM de Espinho e deliberou, com 3 votos a favor dos eleitos do PSD, 3 votos contra dos Vereadores do PS e o voto de qualidade a favor do Presidente da Câmara, proceder à abertura de um Período de discussão pública, através de aviso a publicar no Diário da Republica e que deve ser anunciado com uma antecedência mínima de cinco dias. O período de discussão terá início a 18 de janeiro, durante 30 dias. A proposta final do PDM de Espinho será ainda divulgada através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do portal do Município. Os interessados podem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões através de requerimento próprio que estará disponível no Atendimento/Serviços de Planeamento Estratégico da Câmara Municipal e no portal do Município. Os Vereadores do PS apresentaram a seguinte declaração de voto: “Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra porque consideram que os documentos apresentados são insuficientes para avaliar a proposta final. O Plano Diretor Municipal é o instrumento de elaboração obrigatória que estabelece a estratégia de desenvolvimento e o modelo do território do município. E, nesse sentido, define as políticas municipais de uso dos solos e de ordenamento, através da sua classificação e qualificação. É um instrumento de inegável importância que, por si só, justificaria o agendamento de uma reunião pública e ser apresentado pelos serviços e consultores externos, envolvidos nesta revisão, que já dura há quase 8 anos. O PSD preferiu, a pretexto da discussão pública, juntar meia dúzia de plantas e um regulamento e chamar-lhes Proposta Final da revisão do PDM. Ora, o conteúdo documental desta tipologia de plano não se resume a isso. Onde está o Relatório que explicita a

estratégia e o modelo de desenvolvimento? Onde estão os Relatórios setoriais, o Ambiental, p. ex.? Onde está o Programa de Execução? E o Plano de Financiamento? Onde estão as Atas das reuniões com a Comissão Consultiva? E os demais pareceres emitidos e os resultados da concertação? O que é que condicionou a decisão global da CCDR-N? Estes elementos deviam ter sido apresentados hoje ainda que para conhecimento e deliberação sobre a abertura do período de discussão pública." Os eleitos do PSD apresentaram a seguinte declaração de voto: "Os vereadores do PSD entendem que os elementos que foram remetidos à Câmara para conhecimento são aqueles que constituem o Plano, nos termos do RJGT. Os documentos que, nos termos da lei, acompanham o Plano estarão disponíveis para consulta durante o período de discussão pública no edifício dos Paços do concelho e no Portal do Município." -----

----- **Deliberação Nº 355/2015: Delegação de competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço público de transportes de passageiros entre a AMP e o Município de Espinho:** Presente a informação n.º 10874/2015 da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, sobre o assunto em título, que se dá aqui por reproduzida e que fica a fazer parte integrante desta ata, bem como o documento na mesma referido (em arquivo). Votação: A Câmara tomou conhecimento do dossiê referente à Delegação de competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço público de transportes de passageiros e deliberou, por unanimidade, de acordo com o preceituado no art.º 25.º n.º 1 alínea k) da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, remetê-lo à Assembleia Municipal para efeitos de autorização de celebração do Contrato Interadministrativo da delegação de competências relacionadas com sistema de mobilidade e serviço público de transportes de passageiros entre a Área Metropolitana do Porto e o Município de Espinho, nos termos da minuta anexa. -----

----- **Resumo diário de tesouraria:** Presente o resumo diário da tesouraria do dia 14 de dezembro de 2015 que apresentava os seguintes saldos: DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS (inclui o saldo da gerência de 2014 no valor de mil trezentos e vinte e dois euros e setenta e um centimos): novecentos e noventa e nove mil duzentos e setenta e sete euros e cinquenta e dois centimos. DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: um milhão e noventa e três mil e trinta e seis euros e cinquenta e nove centimos. DOCUMENTOS: trinta e um mil trezentos e treze euros e noventa e quatro centimos.

A Câmara foi ainda informada que, até ao dia 14 de dezembro do corrente ano, foram cabimentadas despesas no valor de trinta e cinco milhões e noventa e um mil trezentos e setenta e oito euros e trinta e um cêntimos, tendo sido efetuados pagamentos até ao mesmo dia no valor de vinte e seis milhões duzentos e noventa e seis mil oitocentos e seis euros e sessenta e quatro cêntimos. -----

----- **Informação do Presidente da Câmara e da Vereação:** O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara de diversas diligências que efetuou no âmbito das competências que lhe estão confiadas. -----

----- **Reuniões de Câmara:** A Câmara deliberou, por unanimidade, agendar a próxima reunião ordinária da Câmara para o dia 11 de janeiro de 2016, às 17.00 horas. -----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta, as deliberações tomadas na presente reunião, a fim de terem execução imediata, ao abrigo do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião da qual para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e pela Coordenadora Técnica da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo que a subscreveu. -----

O Presidente da Câmara Municipal _____

A Secretária da Câmara _____